

AVALIAÇÃO DO EFEITO DA LEI Nº 10.741/2003 NA EFICÁCIA DO DIREITO AO ACOLHIMENTO DE PESSOAS IDOSAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E HIPOSSUFICIÊNCIA FAMILIAR, EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI), NO ESTADO DE SÃO PAULO (APOIO SANTANDER–UNIP)

Alunos: Celso Ricardo Correia e Vilmar Mineiro da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Priscila David Domingos

Curso: Direito

Campi: Paraíso e Assis

Com o avanço do envelhecimento populacional e da expectativa de vida, torna-se essencial implementar políticas públicas que **assegurem** os direitos dessa parcela da sociedade. Nesse contexto, destaca-se o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que garante a dignidade da pessoa idosa, abrangendo saúde física, mental, intelectual, espiritual e social, além de educação e moradia adequada para pessoas com 60 anos ou mais. Este estudo teve como objetivo analisar a efetividade do acolhimento institucional de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade familiar, considerando a proteção integral, o respeito à integridade física e biopsicossocial, e os fundamentos legais envolvidos. A pesquisa, de natureza exploratória, foi realizada em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e complementada por revisão de artigos e estudos sobre o tema. A coleta de dados incluiu entrevistas semiestruturadas com funcionários e residentes, bem como a análise de documentos institucionais, relatórios de inspeção e registros de ocorrência — todos sem identificação, a fim de garantir a confidencialidade dos participantes. A amostra foi composta por cinco colaboradores da instituição e três residentes. Nenhum dos participantes demonstrou conhecimento prévio sobre o Estatuto do Idoso, embora todos tenham relatado sentir-se respeitados e tratados com dignidade pela equipe. A realização da pesquisa de campo enfrentou entraves burocráticos relacionados à autorização das entrevistas e à adesão das instituições, revelando certa resistência por parte dessas entidades. Os resultados apontam

**XXVII Encontro de Iniciação Científica e
Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

que, embora o ambiente institucional seja considerado respeitoso e digno, há desconhecimento sobre o Estatuto do Idoso entre os participantes. Tal cenário evidencia a necessidade de maior divulgação e capacitação nas ILPIs. As dificuldades enfrentadas na pesquisa, como a burocracia e a resistência institucional, reforçam os desafios na efetivação dos direitos da pessoa idosa. Portanto, é fundamental investir em ações educativas e no fortalecimento do compromisso das instituições com um acolhimento humanizado e legalmente fundamentado.